



Reunião – Políticas Públicas sobre População em Situação de Rua

No dia 17 (dezesete) de abril de 2013, aconteceu mais uma reunião de trabalho no Auditório Sólon Amaral da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, proposta pelo Deputado Estadual Mauro Rubem (PT), presidente da Comissão de Direitos Humanos, Cidadania e Legislação Participativa. O intuito foi debater políticas públicas para a população em situação de rua, e encontrar soluções cabíveis para acabar com os terríveis índices de violência contra essas pessoas, o qual vem crescendo mês após mês em nossa Capital.

A audiência foi deliberada a partir da reunião realizada na semana passada na Câmara Municipal de Goiânia, com o objetivo de unificar as políticas públicas desenvolvidas por cada ente.



Presidiu a mesa da solenidade, o Deputado Estadual Mauro Rubem (PT). Compuseram a mesa as seguintes autoridades: o senhor Marco Antônio Juliato, representante da ministra dos Direitos Humanos da Presidência da República, Maria do Rosário; o secretário Joaquim Mesquita da Secretaria Estadual de Segurança Pública e Justiça do Estado de Goiás; o Frei Marcos Sassateli, representante da sociedade civil; a Coordenadora de Proteção Social e Especial da Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS), Maristela Alencar, e a Diretora do mesmo instituto, Gardênia Lemos.

Participaram ainda do debate: o delegado-geral da Polícia Civil, João Carlos Gorski, representantes da Ordem dos Advogados do Brasil OAB-GO, Secretaria de Segurança Pública e Justiça de Goiás, Câmara dos Vereadores de Goiânia e demais representantes da sociedade civil organizada.



Iniciando os trabalhos, o deputado Mauro Rubem pontuou que o objetivo da reunião foi de conhecer o problema, para que possa ser possível

solucioná-lo. Assim, lembrou o histórico de violação dos direitos humanos na sociedade brasileira, e ressaltou a importância das ações praticadas pelos Municípios, Estados e pelo Governo Federal. Sugeriu que fossem integradas/unificadas todas essas ações, para que a força seja ainda maior, para garantir segurança e vida digna às pessoas em situação de rua. “Esperamos aqui avançar na integração entre o município, o Estado e a sociedade civil. Hoje estamos consolidando este passo.”

Observou que desde agosto de 2012 até hoje, o número de pessoas assassinadas já chegam a 30 (trinta), e diante da grande violência envolvendo a população de rua em Goiânia, o Deputado pontua que é preciso dar o direito a essas pessoas de exercerem sua vida.



Nessa esteira, o deputado e delegado Marcos Martins (PSDB) explanou sua experiência como delegado. “Quando chegamos ao parlamento temos que usar essa experiência para somar. É uma situação que tem inquietado nossos corações”, considera. Afirmou que tem convicção de que as polícias e o



Ministério Público estão trilhando os melhores caminhos para a solução dos casos e estão se empenhando muito para isso.

O Frei Marcos sustentou que além da população que vive nas rua, a sociedade como um todo está muito assustada e indignada. “A situação chegou a tal gravidade que daqui uns dias haverá 1 (um) assassinato por dia nas ruas. A busca por solução deve ser imediata, não podemos esperar”.

Nesse sentido, o Frei disse que apoia plenamente a decisão da Ministra Maria do Rosário, a qual pede pela federalização dos crimes contra pessoas em situação de rua em Goiânia. Reproduziu ainda, as palavras da Ministra sobre o assunto: “Não basta pensarmos em federalizarmos a investigação, nós precisamos que o inquérito seja federal. Nós precisamos que a denúncia seja por parte do Ministério Público Federal e que o julgamento seja pelas autoridades federais”. Pontuou ainda o Frei, sobre a necessidade de colocar agentes públicos nas ruas para dar proteção à essas pessoas.

Dada a palavra à representante do município de Goiânia, a diretora de Proteção Social Especial da Prefeitura de Goiânia, Gardênia Lemos, disse que o ocorrido nas ruas da capital atinge não somente os moradores de rua, mas toda a sociedade. “É o resultado de um processo de exclusão social que ocorre há tempos.” Para ela, mais que um problema local, a situação em Goiânia é um problema social.

Gardênia aproveitou para expor as ações que são promovidas atualmente no município, os serviços que a prefeitura tem para atender às pessoas que vivem na rua e, por consequência, combater os problemas atualmente enfrentados.

Assim, expôs que a atual situação da Casa de Acolhida Cidadã (casa especializada em abrigar pessoas em situação de rua), é precária. Mas que para melhorar essa condição, a Secretaria Municipal de Assistência Social - SEMAS já conseguiu aprovação e verba pela prefeitura para desenvolver projeto que permite



o desmembramento da Casa, para que sejam construídas em mais locais espalhados pela cidade, e ainda estruturar e melhorar as condições da atual Casa de Acolhida através de mutirão de reforma.

Já solicitaram também a convocação de mais de 300 (trezentos) servidores, técnicos e especializados, para trabalhar nas casas de apoio com os desabrigados. Entre estes estão psicólogos e educadores.

Gardênia ressaltou ainda, que a prefeitura de Goiânia realizou convênio com a Universidade Federal de Goiás (UFG), com o intuito de pesquisar o número e quais as condições dessas pessoas em situação de rua. E que este trabalho, pretende dar mais clareza para solucionar o problema.

O diretor de Promoção de Direitos Humanos, Marco Antônio (representando a Ministra de Direitos Humanos da Presidência da República, Maria do Rosário), revelou a construção de uma pauta positiva para agir no combate à violência contra as pessoas em situação de rua, na garantia dos direitos humanos. Segundo ele, o intuito é colaborar e construir um pacto com o Estado na construção de ações positivas. “Realizar ações emergenciais no município que podem dar mais dignidade e segurança à população de rua, e que tais ações poderão ser complementadas pelo Governo Federal”.

O secretário estadual de Segurança Pública e Justiça, Joaquim Mesquita, disse que a situação de Goiânia tem preocupado autoridades do Governo Federal e também do Governo do Estado. E que a responsabilidade acaba recaindo somente sobre a área de segurança pública, o que não deveria ocorrer, já que o problema é bem mais amplo.

Segundo ele, “Não é apenas uma questão de segurança pública, pois as pessoas que vivem nas ruas estão lá por estarem doentes e rejeitadas pela sociedade, assim, mais que segurança, essas pessoas precisam de medidas que promovam a inclusão social e que reabilitem a saúde dos mesmos”, questionando qual o escopo admitido para a federalização proposta em relação aos casos de



assassinatos ocorridos em Goiânia. Quanto ao que cabe à área da Secretaria de Segurança Pública, explicou que tudo o que é cabível já está sendo providenciado.

Salientou ainda que: “Todos os crimes estão sendo investigados e as providências de responsabilidade da Segurança Pública estão sendo tomadas através das suas forças”. O secretário disse ainda que é muito cômodo repassar todas as responsabilidades e os reflexos das demandas sociais para as autoridades policiais, como se estes fosses os únicos responsáveis: “Acredito que antes de um cidadão recorrer às drogas, ir para as ruas e por fim cometer um crime ou ser assassinado, várias outras esferas da sociedade falharam”.

Destacou que esses crimes ocorridos em Goiânia alcançaram uma dimensão de preocupação estatal, mas que em outras cidades e estados, os índices são bem parecidos. Pontuou ainda, que as mortes não estão relacionadas com grupos de extermínio, e que as causas dos crimes em questão não diferem da maioria dos assassinatos de pessoas em “situação de casa”, já que todos envolvem o tráfico e o uso de drogas.

Por fim, o secretário disse que o problema em questão foi gerado por uma série de falhas: “falhou a família, a educação, a igreja, a sociedade, a escola, a polícia, a saúde, e não só a polícia, como muitos acham. Se a falha realmente fosse somente da polícia, a solução seria fácil, vez que presos os componentes dos supostos grupos de extermínio, não ocorreria mais assassinatos, mas como na realidade, os crimes estão relacionados com as drogas, fica mais difícil solucionar o problema”.

A titular da Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS), Maristela de Alencar, destacou que a situação de pessoas em situação de rua só poderá ser resolvida com esforço conjunto de municípios, Estados, Governo Federal e sociedade: “Nessa questão de violência social, temos visto ações isoladas em momentos emergenciais. O que tem que ser feito é um novo conceito de abordagem para estes problemas”, ressaltou Maristela.



Destacou ainda que lidar e atuar com pessoas em situação de rua é uma operação que requer mais cuidados, e expôs as medidas já providenciadas pela Secretaria Municipal de Assistência Social - SEMAS, como o reforço de empregados no Município para trabalhar com essas pessoas, e a construção de mais 5 (cinco) Casas de Acolhida, com o intuito de pelo menos minimizar as mortes.

Após a apresentação das posições a respeito da situação as pessoas em situação de rua pelas autoridades participantes da mesa, o presidente da audiência, deputado Mauro Rubem (PT) destacou a importância das Instituições de Saúde para ajudar a resolver esse problema, e agradeceu em especial ao projeto “Consultório de Rua”.

O projeto visa possibilitar ações de atendimento biopsicossocial prioritariamente às crianças e aos adolescentes usuários de álcool e outras drogas, em situação de rua, e que se encontrem em risco pessoal e ou social. A proposta é garantir o acesso desse público às redes sociais e de cuidados em saúde, por meio de intervenções nos próprios “espaços da rua”.

Depois, o deputado Mauro Rubem, abriu a palavra aos participantes, para que fizessem suas avaliações e questionamentos.

Assim, o vereador Felizberto Tavares, destacou que infelizmente desde a audiência realizada na Câmara Municipal com o objetivo de debater o mesmo tema, já haviam ocorrido mais 04 (quatro) vítimas. Pontuou que todos estão mobilizados e engajados para solucionar esse problema, e assegurou que não há grupo de extermínio. As mortes têm ocorrido em decorrência do uso de drogas e por brigas entre pessoas em situação de rua, explica Felizberto. Índices revelam que, o número de tentativas de mortes e assassinatos entre eles têm números muito maiores do que os que chegam até o poder público.



O vereador Felizberto Tavares expôs a necessidade de implantar “educadores de rua” para acolherem e ajudar essa população, visto que este trabalho por muitas vezes é feito por policiais, o que acaba por intimidá-los e os fazem migrar para outro local, acabando assim, por piorar a situação, já que eles não permitem serem ajudados.

Pontuou também o vereador, que o maior problema nesses casos é a droga e que o primeiro passo para reduzir as mortes, “é saber de onde vem a droga que essas pessoas usam”. Contou ainda, “que a droga tem substâncias que causam 900 (novecentas) vezes mais prazer que saciar a fome, então, desta forma, os usuários esquecem até de comer”. Daí surge a urgente necessidade de acabar com as drogas nas ruas.

Estava presente na reunião também, o cidadão Laércio Millazo, que é professor aposentado, e concordou com o vereador Felizberto Tavares, disse: “o problema dos moradores de rua está ligado ao excesso de drogas, e a falta de amor. Essas pessoas são carentes, precisam de carinho. E que não existem



grupos de extermínio.” Ressaltou que as mortes tem relação com dívidas feitas com os traficantes de drogas.

A senhora Heloísa Massanaro, expondo o seu ponto de vista, disse que o problema é sério, e que nada está resolvido. Está indignada com as mortes, e está vendo movimentação para que haja melhora da situação e ressalta a importância disso.

A senhora Elaine Mesquita questionou vários pontos debatidos durante a reunião. “Como acolher essas pessoas? Construir casas de acolhida resolverá o problema?”. Em seguida, afirmou que são pessoas renegadas, excluídas, sem dignidade e sem cidadania, e que primordialmente temos que entender quem são essas pessoas, e porque estão nas ruas. Pois, somente assim, será possível acolhe-las e fazer com que elas se sintam pessoas pertencentes à sociedade. Pontuou ainda, que de nada adianta construir 30 (trinta) casas de acolhidas se lá não tiver pessoas qualificadas profissionalmente para lidar com os que chegam.

Quanto à existência de grupos de extermínio, disse que não sabe se há envolvimento nessa situação, mas alertou que indiretamente, a própria sociedade extermina esse grupo de pessoa em situação de rua, já que os exclui, e mesmo diante dessa situação de violência continuam inertes.

A palavra foi passada a Sérgio Nunes, Coordenador de Saúde Mental da Secretaria Municipal de Saúde, o qual defende que para resolvermos o problema é necessário escutar, entender e conhecer quem são os moradores de rua.

O Coordenador nos informou sobre pesquisas realizadas com as pessoas em situação de rua em algumas cidades do Estado de Goiás, e concluiu que 35% dos moradores de rua estão nessa situação por causa do álcool e outras drogas, 30% estaria nas ruas por conta do desemprego, e 29% pois havia perdido o vínculo com a família. Outra questão tratada em pesquisas foi em que local essas

peças preferem dormir, se nas ruas ou em casas de apoio ou albergues. E cerca de 70% das pessoas responderam que preferem dormir nas ruas, pois lá eles podem usar drogas, e nas casas de apoio não podem.



Destacou também, que mesmo antes de ocorrer esse “massacre” nas ruas, já existiam políticas públicas e projetos para atendimento às pessoas em situação de rua. A Secretaria de Saúde já vem acompanhado e se adequando a essa política.

Nelson Antônio, um cidadão indignado com as mortes que vêm ocorrendo nas ruas, relatou que a situação que vivemos hoje, é consequência de anos e anos em que faltou a presença do poder público nas ruas.

Depois que os participantes presentes na audiência fizeram suas avaliações e questionamentos, a palavra voltou para as autoridades participantes da mesa para que os mesmos pudessem responder os questionamentos e concluir sobre o assunto.



Assim, neste momento, o secretário de Segurança Pública, Joaquim Mesquita, finalizou dizendo que é importante ter uma discussão sobre o problema, porém não de maneira emocional. “Somos parceiros dos municípios e do governo Federal para darmos prosseguimento às ações. E quero destacar que Goiás deve ter orgulho da polícia que tem, pois desenvolve trabalho à altura das condições oferecidas”, ressaltou.

Para frei Marcos Sassateli, deve haver uma ouvidoria para as pessoas que enfrentam de fato esse problema: as pessoas em situação de rua.

Na reunião o Deputado Mauro Rubem (PT), também anunciou e convidou todos os presentes para participar da inauguração do Centro de Referência em Direitos Humanos João Bosco Burnier (CRDH João Bosco), que ocorreu no mesmo dia. O projeto foi realizado por meio de convênio junto à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

O Centro de Referência tem sede na Casa da Juventude Padre Burnier, localizada no Setor Leste Universitário, e é o primeiro da modalidade em Goiás. Sua atuação vai se estender por toda a Região Metropolitana de Goiânia, e contará com o apoio de vários grupos e movimentos que já realizam projetos em parceria com a Casa da Juventude.

O Centro de Referência em Direitos Humanos foi criado com o objetivo de oferecer serviços de atendimento jurídico, social e psicológico. Além do atendimento direto, o CRDH tem a proposta de formação de lideranças, capacitação de grupos, produção de conhecimento, articulação política e mediação de conflitos.

A criação de centros de referência cumpre a política de promoção e defesa de direitos humanos da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Ao todo, já foram estabelecidos cerca de 30 centros, espalhados em todas as regiões do País.



Neste sentido foi pedido que as pessoas, a imprensa em geral, e a todos que puderem colaborar que repassem a informação de integração entre as ações dos Governos: Federal, Estadual e municipal e entre as ações dos órgãos responsáveis, além da implantação de uma rede de assistência social.

O deputado Mauro Rubem reforçou a sua disposição pessoal e da Assembleia nesta busca pela garantia dos Direitos Humanos e colocou a Casa à disposição para qualquer demanda oriunda desse e de outros casos.

Atenciosamente,

MAURO RUBEM PT-GO
Deputado Estadual
Presidente da Comissão de Direitos Humanos,
Cidadania e Legislação Participativa.